
EDITORIAL

Cara leitora, caro leitor,

O Tema em Destaque deste número trata dos enfoques pós-moderno e pós-estruturalista e suas implicações na abordagem da educação. Já dispomos, no Brasil, de um acervo considerável de estudos que se valem desse veio teórico, o que torna muito oportuna a revisão, feita por Marlucy Alves Paraíso, das pesquisas educacionais realizadas com os instrumentos de análise dele provenientes. Sob o ângulo pós-estruturalista, Inés Dussel propõe-se a uma releitura da história da escola moderna na América Latina. Questionando o entendimento da expansão da escolaridade como um movimento ascendente e progressivo, busca elucidar os processos de identificação dos pressupostos de igualdade com a homogeneização no espaço educacional, o que teria levado à consideração das diferenças como ameaças. Maria Célia Marcondes de Moraes discute mais amplamente alguns aspectos da agenda pós-moderna e sua vitalidade, apontando para a origem da perspectiva, desdobramentos – notadamente a virada lingüística e a supressão das fronteiras entre História e Literatura –, assim como repercussões na pesquisa e na prática educacionais.

Os outros artigos abrangem um espectro muito variado de temas.

Dois deles se ocupam da formação contínua de professores. O saboroso texto de Mary Julia Dietzsch discute as concepções de linguagem e o trabalho dos professores com a leitura e a escrita no ensino fundamental, tentando desconstruir preconceitos que limitam as interações em sala de aula. Ao mesmo tempo, propõe atividades que buscam tornar o ensino da literatura mais efetivo. Sonia Kramer, recorrendo a Bakhtin, focaliza o referencial teórico-metodológico da mudança para entender as concepções de profissionais de educação infantil acerca da implementação de reformas educacionais.

Preocupações mais específicas com as orientações curriculares podem ser identificadas no artigo de Rose Meri Trojan, que procura explicitar os fundamentos subjacentes à concepção de estética e as suas relações com a ética e a política nos parâmetros curriculares nacionais. Estão também presentes no texto de Celso Ferretti, Dagmar Zibas e Gisela Tartuce sobre o protagonismo juvenil. Neste caso a intenção dos autores é a de discutir as diferentes acepções do termo e analisá-lo no contexto da reforma do ensino médio.

Questões de gênero e participação em órgãos de classe são o objeto da pesquisa, realizada por Márcia Ondina Ferreira, sobre a representação em diretoria de sindicato docente. Maria Sylvia Simões Bueno analisa modelos teóricos propostos pelo Banco Mundial para as reformas educacionais da América Latina, indagando se eles são adequados para o país e para a região ou se representam a permanência de modelos inspirados na lógica empresarial de há muito criticados pela academia. Finalmente, André Luiz Paulilo faz um mergulho no passado para discutir a concepção de sistema público de ensino no contexto da reforma da instrução pública do século XIX.

Esperamos que a leitura seja esclarecedora.

As Editoras